



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI

PROVA OBJETIVA PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL

- Data de aplicação: 08/11/2020.
- Vinculada ao **EDITAL DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO N. 01/2020, DE 09 OUTUBRO DE 2020** (processo SEI n. 0006548-04.2020.4.01.8010).
- Quando autorizado, confira se este caderno de prova contém trinta questões objetivas com quatro alternativas cada.
- Você pode levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/selecao-de-estagiarios/subsecao-judiciaria-de-tucurui/subsecao-judiciaria-de-tucurui.htm>
- O uso de aparelhos eletrônicos ou a realização de comunicação entre os candidatos implicará na imediata desclassificação do certame, bem como poderá ter reflexos criminais.
- Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal.

Boa prova!



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

Direito Constitucional

1 – Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal no tocante aos direitos e garantias fundamentais.

- a) Em nenhuma hipótese a lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- c) É vedada a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- d) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

2 – São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:

- a) O Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.
- b) O Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.
- c) Os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.

3 – A Constituição Federal de 1988, em seu artigo quinto define que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

- a) É assegurado a todos o acesso à informação e vedado o sigilo da fonte em qualquer hipótese.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar

4 – Leia as afirmativas a seguir:

I. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

II. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, embora seja vedada a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.

d) As duas afirmativas são falsas.

5 – Segundo a Constituição Federal de 1988, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais são órgãos da Justiça Federal. No que tange ao Poder Judiciário e aos Tribunais Regionais Federais, assinale a alternativa incorreta.

a) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, quinze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos

b) A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

c) Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

d) Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases.

6 – Considere que determinado Tribunal Regional Federal pretenda adotar algumas medidas, para atender de modo mais adequado e racional a um aumento de demanda havido nos últimos tempos. Para tanto, em conformidade com a Constituição Federal, poderá o Tribunal:

a) Funcionar descentralizadamente, mediante a transferência temporária e periódica de sua sede, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

b) ampliar sua composição, mediante a promoção, por merecimento, de juízes federais com mais de três anos de exercício, recrutados, quando possível, na respectiva região.

c) Determinar que sejam julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado respectivo os recursos cabíveis nas causas de competência dos juízes federais processadas pela justiça estadual, em razão de a comarca não ser sede de vara do juízo federal.

d) Servir-se de equipamentos públicos e comunitários para instalar a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição.

Direito Administrativo

7 – O ex-governador Sérgio Cabral terá que devolver o colar do mérito que recebeu do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada no início da tarde desta sexta-feira (21) pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. De acordo com os procuradores, o ex-governador, preso desde novembro do ano passado, tem ainda que entregar à instituição a medalha e diploma que tenha recebido. O ato administrativo relatado é um exemplo de:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

- a) anulação.
 - b) revogação.
 - c) contraposição.
 - d) cassação.
-

8 – O cidadão Fulano estava atrasado para uma importante reunião de trabalho. Ao chegar ao local, não encontrou nenhuma vaga livre para estacionar. Não podendo esperar mais, decidiu deixar seu carro estacionado na porta de entrada de ambulâncias de um hospital municipal, impedindo que os veículos pudessem sair para prestar socorro à população. Diante dessa situação, Fulano foi multado e seu carro foi guinchado. Com base na situação descrita e na legislação nacional, é correto afirmar com relação aos atos administrativos que:

- a) Caso Fulano queira questionar a multa aplicada, caberá a ele comprovar que seu carro não estava parado em do ato.
 - b) Caso Fulano queira buscar a anulação da multa, por não ter ela sido aplicada conforme os procedimentos adequados, caberá a ele provar o descumprimento da lei. Isso decorre da autoexecutoriedade dos atos administrativos, segundo a qual se presume que foram praticados conforme a lei e o ordenamento jurídico.
 - c) A Administração Pública poderá impor a multa e cobrá-la de Fulano, independentemente de sua vontade ou de intervenção judicial. Isso decorre dos atributos da imperatividade e da exigibilidade de que se revestem alguns atos administrativos.
 - d) A Administração Pública somente poderia ter guinchado o carro de Fulano caso houvesse expressa autorização legal da situação, mencionando inclusive a rua e o horário da medida, pois a autoexecutoriedade dos atos administrativos decorre apenas de expressa e precisa previsão legal e não da urgência.
-

Juizados Especiais

9 – Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento de ações perante os Juizados Especiais.

- a) É possível formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- b) O comparecimento espontâneo não supre a necessidade de citação pessoal do réu.
- c) As microempresas e os incapazes não podem propor ação perante o Juizado Especial.
- d) É possível formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

10 – Com relação ao disposto na Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9099/95), é correto afirmar que:

- a) Essa lei aplica-se a todos os tipos de crimes cometidos após Janeiro de 1995.
 - b) O processo perante o Juizado Especial objetiva, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima.
 - c) Essa legislação tem aplicação só no âmbito da Justiça Estadual.
 - d) O instituto da transação penal pode ser concedido pelo Juiz sem a anuência do Ministério Público.
-

Processo Civil

11 – Assinale a resposta CORRETA:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
 - b) Excepcionalmente, certas ameaças ou lesões a direito podem ser excluídos da apreciação jurisdicional.
 - c) No processo civil não será permitida a arbitragem.
 - d) Em nenhuma hipótese pode ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
-

12 – Quanto à ação, pode-se afirmar que:

- I. Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.
 - II. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
 - III. O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica.
- a) Somente a I está correta.
 - b) Somente a I e II estão corretas.
 - c) Somente a II está correta.
 - d) I, II e III estão corretas.
-

13 – Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Serão concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- b) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 às 20 horas.
- c) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 20 horas do último dia do prazo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI

d) Os atos processuais serão realizados em qualquer dia, das 6 às 20 horas.

14 – De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que:

- a) Devem eles ser contados em dias corridos.
 - b) O ato processual praticado antes de seu termo inicial deve ser reputado intempestivo;
 - c) Não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da parte.
 - d) Ficam eles suspensos entre os dias 24 de dezembro e 07 de janeiro, inclusive;
-

15 – No que concerne à coisa julgada, considere:

I. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

II. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

III. A decisão que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites das questões principais e acessórias expressa ou tacitamente decididas.

IV. Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido. Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e IV.
 - b) I, III e IV.
 - c) III e IV.
 - d) I, II e III.
-

Processo Penal

16 – Maurício esteve em uma festa realizada em uma casa noturna, situada na cidade de São Paulo, no dia 10 de julho de 2019. Acabou se envolvendo em uma briga e foi agredido por duas pessoas não identificadas. Maurício registrou Boletim de Ocorrência e foi submetido a exame de corpo de delito, que constatou que ele sofreu lesões corporais de natureza leve. No curso das investigações, de posse das imagens das câmeras de segurança do estabelecimento, foi possível identificar os dois agressores. Maurício compareceu ao Distrito Policial e realizou o reconhecimento pessoal dos seus agressores em 15 de agosto de 2019, os quais foram devidamente qualificados nessa data. No dia 10 de setembro de 2019, Maurício faleceu em decorrência de um infarto, deixando uma esposa, Fabíola. No caso hipotético apresentado, tratando-se de crime que se processa mediante representação do ofendido, Fabíola, na condição de cônjuge do falecido, deverá ofertar a necessária representação para ver os agressores do seu



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

finado esposo processados criminalmente no prazo de:

- a) 03 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
 - b) 06 meses, contado a partir do dia 10 de julho de 2019.
 - c) 06 meses, contado a partir do dia 15 de agosto de 2019.
 - d) 06 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
-

17 – Acerca da competência da Justiça Federal, assinale a opção correta.

- a) O julgamento de crime de roubo perpetrado contra agência do Banco do Brasil (sociedade de economia mista federal) competirá à justiça federal.
 - b) O julgamento de crime de uso de documento falso decorrente de apresentação de certificado de registro de veículo falso a policial rodoviário federal competirá à justiça estadual.
 - c) O julgamento de crime de furto perpetrado contra agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (empresa pública federal) competirá à justiça federal.
 - d) Compete à justiça federal o julgamento de contravenções praticadas em detrimento de interesses da União, quando elas forem conexas aos crimes de sua competência.
-

18 – Assinale o item CORRETO acerca do título ‘Inquérito Policial’ constante do Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal):

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública independer de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
 - b) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
 - c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
 - d) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
-

19 – No dia 20 de Janeiro de 2019, durante a madrugada, um hipermercado situado na cidade de Curitiba foi roubado por cinco indivíduos armados. No curso da investigação a autoridade policial identificou Manuel e Joaquim, ambos atualmente em local incerto e não sabido, como sendo dois dos cinco roubadores. Imediatamente a Autoridade Policial encaminhou representação ao juízo competente para decretação das prisões temporárias de Manuel e Joaquim, alegando ser imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse caso, o Magistrado, ao se defrontar com a representação veiculada pela autoridade policial:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

- a) Poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, sem possibilidade de prorrogação.
 - b) Poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - c) não poderá decretar as prisões temporárias, uma vez que compete exclusivamente ao Ministério Público apresentar a necessária representação.
 - d) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, sem possibilidade de prorrogação.
-

20 – Assinale o item CORRETO acerca do título ‘Inquérito Policial’ constante do Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal):

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
 - b) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
 - c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
 - d) O inquérito, nos crimes em que a ação pública independe de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
-

Execução Fiscal

21 – Em execução fiscal, o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados:

- a) Da citação.
 - b) Da intimação da penhora.
 - c) Do fim do prazo de dilação do edital.
 - d) Da juntada aos autos do aviso de recebimento referente à carta citatória.
-

22 – Assinale a alternativa correta nos termos da Lei n. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal):

- a) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública apenas aquela definida como tributária;
- b) proposta a execução fiscal, é inadmissível a emenda ou substituição da Certidão de Dívida Ativa;
- c) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.
- d) A exceção de pré-executividade constitui meio de defesa expressamente previsto em lei;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

Direito Civil

23 – Quanto ao domicílio, positivado no Código Civil, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo ou provisório.
 - b) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, mesmo sem intenção manifesta de o mudar.
 - c) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
 - d) Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, deverá ser eleito um domicílio.
-

24 – No que tange à decadência prevista no Capítulo II, do Código Civil Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a) Quando estabelecida por lei, a decadência não poderá ser conhecê-la de ofício.
 - b) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
 - c) A renúncia a decadência que vier fixada em lei, não será nula.
 - d) Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição legal em contrário.
-

25 – A respeito dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA, conforme o Código Civil de 2002.

- a) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
 - b) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
 - c) Se for aleatório o contrato, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, mesmo que de sua parte tenha havido culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
 - d) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
-

26 – São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:

- a) Os maiores de catorze e menores de dezesseis anos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

- b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- c) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) Os pródigos.

Direito Penal

27 – A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir NÃO incumbe a quem:

- a) Tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- b) De outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) Com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- d) Aquele que, por mandato eletivo, esteja em cargo de chefia de Poder Executivo, nos termos do Código Penal.

28 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Desistência voluntária e arrependimento eficaz caracteriza-se quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, e só responde pelos atos já praticados.
- b) Arrependimento posterior ocorre nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, quando reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, e a pena será reduzida de um a dois terços.
- c) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- d) Comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

29 – Configura situação de inimputabilidade penal:

- a) Quando o agente é menor de dezoito anos.
- b) Quando o agente é maior de 80 anos;
- c) Se o crime cometido por violenta emoção ou paixão;
- d) Quando o agente está sob embriaguez total, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

30 – Sobre o crime, assinale a alternativa incorreta:

- a) Diz-se doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- b) Diz-se culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- c) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- d) Diz-se consumado, quando, por força maior, não se reúnem todos os elementos de sua definição legal.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Respostas
1		11		21	
2		12		22	
3		13		23	
4		14		24	
5		15		25	
6		16		26	
7		17		27	
8		18		28	
9		19		29	
10		20		30	

Ao final da prova, entregue esta folha ao examinador.

Número de inscrição do candidato: _____